

Grupo de pessoal	Nível	Carreira e categoria	Índices								Total	Observações
			1	2	3	4	5	6	7	8		
Pessoal auxiliar		Carreiras e categorias específicas da administração local.									20	
Operário altamente qualificado.		Operário principal	233	244	254	269	285	—	—	—	5	DG
		Operário	189	199	209	222	244					
Operário qualificado		Operário principal	204	214	222	238	254	—	—	—	20	DG
		Operário	142	151	160	170	184	199	214	233		
Semiquualificado		Operário semiquualificado . . .	137	146	155	165	181	194	214	228	10	

CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE

Aviso n.º 11 162/2007

Inquérito público

António José Ferreira Sousa Santos, presidente da Câmara Municipal de Peniche, faz público, nos termos e para efeitos do disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, que a Câmara Municipal de Peniche pretende proceder à classificação como imóvel de interesse municipal do prédio urbano, servindo de moinho com um engenho, situado no sítio das Mós, lugar e freguesia de Serra d'El-Rei, concelho de Peniche, que confronta a norte com estrada, a sul com Adriano Leal Capilé, a nascente com Álvaro Leal Capilé e a poente com estrada, inscrito na matriz predial urbana daquela freguesia sob o artigo 454, propriedade de Helena da Conceição Almeida Cardoso, residente na Rua dos Moinhos, 21, em Serra d'El-Rei, 2525-839 Serra d'El-Rei.

Em reunião camarária realizada em 23 de Abril de 2007, foi deliberado que o moinho a classificar incluía uma área envolvente com 5 m de raio (zona de protecção) correspondente à área de influência das velas, de modo a preservar a sua funcionalidade.

Por este meio se convidam os eventuais interessados a apresentar na Câmara Municipal, no Largo do Município, 2520 Peniche, as propostas, sugestões ou reclamações que entendam, contra a pretendida classificação, o que deverão fazer, no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso, por meio de carta dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Peniche.

5 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Correia*.

2611021428

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEL

Aviso n.º 11 163/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por despacho do presidente do município de 30 de Maio de 2007, se procedeu à nomeação da 2.ª classificada para um lugar de chefe de secção, Luísa Margarida Gaspar, na sequência do concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de chefe de secção, aberto por aviso de 31 de Outubro de 2007.

A candidata nomeada deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

6 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Luís Monteiro Ruas*.

2611021410

Aviso n.º 11 164/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, pelo meu despacho n.º 98/2007, de 30 de Maio, no uso da competência definida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 2.º e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foi autorizada a reclassificação do funcionário Alcides Manuel Simões, com a actual categoria de cantoneiro, posicionado no escalão 1, índice 137, para a categoria de trolha, posicionado no escalão 1, índice 142.

O candidato deverá aceitar o lugar no prazo de 20 dias a contar da publicação do aviso no *Diário da República*.

6 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Luís Monteiro Ruas*.

2611021433

Aviso n.º 11 165/2007

Aviso de nomeação

Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho do presidente do município de 1 de Junho de 2007, se procedeu à nomeação do 1.º classificado, José Luís Pereira Gama, para um lugar de assistente administrativo especialista, na sequência do concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de assistente administrativo especialista, aberto por aviso de 15 de Março de 2007.

O candidato nomeado deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

6 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Luís Monteiro Ruas*.

2611021479

CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE

Aviso n.º 11 166/2007

Concurso externo de ingresso para admissão a estágio de um técnico superior de 2.ª classe, grupo de pessoal técnico superior, área funcional de gestão de empresas

1 — Torna-se público que, por despacho do signatário de 24 de Maio de 2007, se encontra aberto concurso externo de ingresso para admissão a estágio de um técnico superior de 2.ª classe, grupo de pessoal técnico superior, área funcional de gestão de empresas, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

2 — O concurso é válido para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento, e tem preferência em igualdade de classificação o candidato com deficiência, de acordo com a quota de emprego prevista no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e Decretos-Leis n.ºs 265/88, de 28 de Julho, e 238/99, de 25 de Junho.

4 — O local de trabalho será no município de Ribeira Grande.

4.1 — O conteúdo funcional do lugar a preencher corresponde ao definido no despacho n.º 20/94, do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 12 de Maio de 1994, e no novo regulamento da estrutura orgânica e quadro de pessoal desta Câmara, republicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 30 de Março de 2007.

5 — A remuneração mensal ilíquida é a correspondente ao escalão 1, índice 321 (actualmente com o valor de € 1048,87), fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, acrescida da remuneração complementar prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2000/A, de 12 de Janeiro, e suas alterações.